

Ministro cita 'receituário' contra judicialização da saúde

ANGELA PINHO
DE SÃO PAULO

O ministro da Saúde, Ricardo Barros, defendeu um "receituário" para os casos de judicialização da saúde — as ações na Justiça que demandam o custeio de remédios e tratamentos.

Segundo sua proposta, médicos informariam nesse documento itens como qual é a doença do paciente e por que não são adequadas as terapias já disponíveis no SUS (Sistema Único de Saúde). Assim, o CRM, registro profissional do médico, ficaria vinculado ao processo.

A declaração foi feita em debate sobre judicialização na medicina promovido pela Folha e pela Academia Nacional de Medicina na última segunda-feira (5).

Os gastos do poder público com ações judiciais na área crescem. Segundo o Ministério da Saúde, só no âmbito federal o total saltou de R\$ 122,6

milhões, em 2010, para uma projeção de R\$ 1,6 bilhão em 2016. Somando o desembolso de Estados e municípios, a pasta estima que o valor chegue a R\$ 7 bilhões neste ano.

"A preocupação é que a judicialização não produz novos recursos", disse o ministro. "Ela desloca recursos de uma atenção a saúde previs-

ta no orçamento para outra." De acordo com o ministro, apenas quatro dos dez medicamentos com mais demanda na Justiça têm registro na Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

Barros anunciou uma parceria com o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) para tratar do tema. O ministério financiará um banco de dados com notas técnicas e jurisprudência para dar subsídios a juízes que recebam as ações.

A consulta às informações, porém, será opcional, destacou Arnaldo Hossepian, procurador de Justiça e supervisor do Fórum Nacional da Saúde do CNJ. "A iniciativa está longe de querer tisonar a autonomia do juiz", disse.

Uma resolução do conselho regulamentou a formação de comitês de saúde estaduais nos tribunais, para dar subsídios aos magistrados.

Diretor da Amil, Antonio Jorge Kropf disse que o recurso à Justiça pode ser um bom

remédio, mas tem que ser usado "por quem precisa e na dose certa" para não sair do controle. Opinião semelhante manifestou o advogado Carlos Henningsen, presidente da comissão jurídica da FenaSaúde (Federação Nacional de Saúde Suplementar). "São valores relevantes que poderiam estar sendo investidos em políticas de saúde."

O presidente da Associação Nacional de Medicina, Francisco Sampaio afirmou que a entidade não é contra a judicialização, que garante direitos, mas defendeu que ela seja feita de maneira racional. Ele lembrou ainda que grande parte dos que recorrem ao Judiciário são as pessoas "mais esclarecidas".

Já Hossepian, do CNJ, afirmou ainda que não são apenas os que têm recursos que entram na Justiça e citou quadrilhas de "mercadores da ilusão", que usam pessoas mais pobres para obter lucro com os processos.

“ A preocupação [do ministério] é que a judicialização não produz novos recursos. Ela desloca recursos de uma atenção a saúde prevista no orçamento para outra

RICARDO BARROS
ministro da Saúde



Debate na Folha sobre a judicialização da saúde no país